

RECURSO ESPECIAL Nº 1.319.848 - RJ (2012/0023374-5)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : **MARÍTIMA SAÚDE SEGUROS S/A**
ADVOGADO : **LUCIANO GALVÃO NOVAES E OUTRO(S)**
RECORRIDO : **MARIA CARMEN NINALT NICHELLI**
ADVOGADO : **CID COSTA JUNIOR E OUTRO(S)**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ERRO MÉDICO DE PROFISSIONAL REFERENCIADO. LEGITIMIDADE PASSIVA DA OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE. PRECEDENTES.

1. A operadora de plano de saúde ostenta legitimidade passiva *ad causam* em demanda cujo objeto é a responsabilização civil por suposto erro médico de profissional por ela referenciado, porquanto a cooperativa tem por objeto a assistência médica e celebra contrato com seus associados, regulamentando a prestação de seus serviços de maneira padronizada, por meio dos médicos e hospitais a ela filiados. Precedentes.
2. Recurso especial a que se nega seguimento.

DECISÃO

1. Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão assim ementado:

Direito Civil. Responsabilidade Civil. Reparação decorrente de erro médico em cirurgia que levou a autora a ficar tetraplégica. Responsabilidade da seguradora que indica médicos referenciados fazendo o consumidor se submeter aos seus serviços. Precedentes. Superior Tribunal de Justiça.

AGRAVO INTERNO - AGRAVO DE INSTRUMENTO – RECURSO ESPECIAL - RESPONSABILIDADE CIVIL - ERRO MÉDICO - EMPRESA PRESTADORA DO PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE LEGITIMIDADE PASSIVA.

A empresa prestadora do plano de assistência à saúde é parte legitimada passivamente para ação indenizatória proposta por associado em decorrência de erro médico por profissional por ela credenciado.

Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no Ag 682875/RJ, Rel. Ministro PAULO FURTADO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/BA), TERCEIRA TURMA, julgado em 15/09/2009, DJe 15/10/2009)

Perícia que concluiu pela responsabilidade do cirurgião no caso de tetraplegia. Manutenção da sentença.

Casa de saúde. Pleito de majoração de honorários advocatícios. Descabimento. Fixação adequada e proporcional.

Desprovimento dos recursos.

Superior Tribunal de Justiça

Nas razões recursais, alegou-se dissídio jurisprudencial e ofensa ao art. 14, *caput* e § 3º, II, do CDC, ao argumento de que os profissionais médicos são colocados apenas como uma referência, não sendo seus credenciados, funcionários ou prepostos, sendo certo que a escolha e a contratação dos médicos e clínicas são sempre do segurado. Assim, o objetivo do contrato de seguro saúde limita-se a administrar e cobrir os custos da prestação de serviço médico. Ademais, o médico escolhido pela recorrida não era nem mesmo referenciado.

Foram apresentadas contrarrazões ao recurso, que foi inadmitido na instância ordinária, tendo subido a esta Corte por força do provimento do agravo de instrumento.

2. Com efeito, não assiste razão à recorrente.

O Tribunal estadual consignou (fls. 612-613):

Primeiramente cabe esclarecer que independente de ser seguradora ou operadora de plano de saúde, a apelante oferece médicos credenciados ou referenciados, possuindo legitimidade passiva ad causam para responder por erro médico causado por seus médicos indicados.

[...]

A relação entre as partes é de consumo, devendo ser aplicada as normas protetivas do consumidor, especialmente a responsabilidade objetiva a inversão do ônus da prova.

A autora realizou os procedimentos pré operatórios com médicos referenciados pela ré, assim como a própria cirurgia e o pós operatório.

Apesar da alegação de que o Dr. Diloguardiu de Oliveira não fazer parte dos médicos credenciados, verifica-se que ele assina o faturamento no nome do convênio, juntamente com outro expert dos quadros da ré, Doutora Edurne dos Santos Estebanez, conforme fls. 88/190 e todos os requerimentos de exames de internação (fls. 44), sempre em papel timbrado da seguradora.

O perito indica a possibilidade de erro médico no procedimento cirúrgico, como se observa a fls. 369 e a fls. 371 informa em resposta ao quesito no 4 da Seguradora que o cirurgião é responsável por todos os casos de tetraplegia.

A Seguradora não demonstrou que o procedimento foi realizado corretamente.

Desta forma ficou demonstrado o dano, a tetraplegia, e o nexo de causalidade, que o mesmo decorreu de ato cirúrgico realizado por **médicos indicados pela seguradora, atestando o laudo pericial o erro do procedimento.**

A jurisprudência da Casa é tranqüila em reconhecer a legitimidade passiva da cooperativa médica em demanda que se discute responsabilidade civil por suposto erro médico, pois a cooperativa tem por objeto a assistência médica e celebra contrato com seus associados, regulamentando a prestação de seus serviços de maneira padronizada, por meio dos médicos e hospitais a ela filiados.

Confira-se o precedente abaixo, de relatoria do Ministro Raul Araujo, que elucida a questão:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CONSUMIDOR. CIVIL. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DAS OPERADORAS DE PLANO DE

SAÚDE. ERRO MÉDICO. DEFEITO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL RECONHECIDO. VALOR DA INDENIZAÇÃO. MAJORAÇÃO. RECURSO PROVIDO.

1. Se o contrato for fundado na livre escolha pelo beneficiário/segurado de médicos e hospitais com reembolso das despesas no limite da apólice, conforme ocorre, em regra, nos chamados seguros-saúde, não se poderá falar em responsabilidade da seguradora pela má prestação do serviço, na medida em que a eleição dos médicos ou hospitais aqui é feita pelo próprio paciente ou por pessoa de sua confiança, sem indicação de profissionais credenciados ou diretamente vinculados à referida seguradora. A responsabilidade será direta do médico e/ou hospital, se for o caso.

2. Se o contrato é fundado na prestação de serviços médicos e hospitalares próprios e/ou credenciados, no qual a operadora de plano de saúde mantém hospitais e emprega médicos ou indica um rol de conveniados, não há como afastar sua responsabilidade solidária pela má prestação do serviço.

3. A operadora do plano de saúde, na condição de fornecedora de serviço, responde perante o consumidor pelos defeitos em sua prestação, seja quando os fornece por meio de hospital próprio e médicos contratados ou por meio de médicos e hospitais credenciados, nos termos dos arts. 2º, 3º, 14 e 34 do Código de Defesa do Consumidor, art. 1.521, III, do Código Civil de 1916 e art. 932, III, do Código Civil de 2002. Essa responsabilidade é objetiva e solidária em relação ao consumidor, mas, na relação interna, respondem o hospital, o médico e a operadora do plano de saúde nos limites da sua culpa.

4. Tendo em vista as peculiaridades do caso, entende-se devida a alteração do montante indenizatório, com a devida incidência de correção monetária e juros moratórios.

5. Recurso especial provido.

(REsp 866371/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 27/03/2012, DJe 20/08/2012)

No mesmo sentido: REsp 1170239/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 21/05/2013, DJe 28/08/2013; AgRg no AREsp 194955/RJ, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/02/2013, DJe 20/03/2013; REsp 309760/RJ, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 06/11/2001, DJ 18/03/2002; REsp 138059/MG, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/03/2001, DJ 11/06/2001.

Dessarte, o entendimento perfilhado no acórdão recorrido coaduna-se com a jurisprudência desta Corte Superior, motivo pelo qual incide o enunciado sumular 83/STJ, aplicável aos recursos fulcrados tanto na alínea a quanto na alínea c do permissivo constitucional, conforme reiterada jurisprudência (AgRg no Ag 721.804/SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 07.02.2006, DJ 20.03.2006 p. 297; AgRg no Ag 653.123/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 29.03.2005, DJ 18.04.2005 p. 329).

Impende destacar, ainda, que a decisão do Tribunal *a quo* fundou-se em matéria fático-probatória, insindicável na estreita via do recurso especial em virtude do teor da Súmula 7 do STJ.

Superior Tribunal de Justiça

3. Diante do exposto, nos termos do art. 557, *caput*, do CPC, nego seguimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de abril de 2014.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
Relator

